

## RIO GRANDE DO SUL

# DIAS: “NÃO ASSINO ACORDO QUE SÓ FAVORECE AS EMPRESAS E PREJUDICA OS VIGILANTES”



Presidente do sindicato quer um acordo bom e justo para todos

O Sindivigilantes do Sul fez tudo que era possível e cumpriu todas as etapas necessárias para agilizar a negociação da Convenção Coletiva de Trabalho desse ano. As assembleias, inclusive, foram realizadas EM DEZEMBRO e a primeira reunião de negociação foi em janeiro, ANTES da data-base (1º de fevereiro).

Mas se ainda não houve acordo a culpa é dos patrões, representados pelo Sindicato das Empresas de Segurança Privada (Sindesp). Eles querem simplesmente IMPOR, na marra, um acordo do jeito deles, que SÓ FAVORECE AS

EMPRESAS.

- Eles não admitem nenhum reajuste dos salários.

- Não admitem sequer pagar a reposição da inflação (4,30%).

- Tiveram o peito de propor UMA REDUÇÃO SALARIAL DE 12% durante a mediação na Justiça do Trabalho.

- Mesmo que a categoria aceite a proposta deles, não dão nenhuma garantia no emprego, ou seja, vão continuar demitindo com acordo ou sem acordo.

“Não vou assinar nenhum acordo desse jeito, que só favorece as empresas e prejudica os vigilantes”, disse o presidente do sindicato, Loreni Dias. Além disso, acrescentou, a categoria decidiu nas assembleias que só aceita uma proposta que garanta pelo menos o índice da inflação nos contracheques.

Sempre inventam alguma desculpa

Primeiro, quando nem se falava na pandemia do coronavírus, os patrões não ofereceram nada de reajuste, apenas um mísero abono como “prêmio de assiduidade”. Depois usaram a pandemia como desculpa.

Por último, armaram uma BRIGA RIDÍCULA com o Ministério Público, por causa do Jovem Aprendiz e outras questões, provocando o

encerramento da mediação da Justiça do Trabalho.

Além disso, algumas empresas pressionaram a categoria com pesquisas fajutas, sem nenhum valor legal, e cortaram os repasses das mensalidades e convênios do Sindvigilantes. O sindicato já ingressou com ações na Justiça contra essas empresas.

Queremos um acordo bom e justo para todos. Dessa maneira, alerta Dias, a convenção coletiva desse ano vai acumular com a de 2021. Porém, nada vai ser assinado no próximo ano

enquanto não se resolver a situação de 2020.

“Está muito claro que as empresas querem simplesmente arrochar a categoria e isso não podemos aceitar”, disse o presidente do sindicato, Loreni Dias. “Mas o sindicato continua aberto à negociação, desde que haja um acordo que seja bom e justo para todas as partes”, completou.

**VIGILANTES, VAMOS PERMANECER UNIDOS E FIRMES CONTRA O ARROCHO QUE OS PATRÕES QUEREM IMPOR. JUNTOS SOMOS MAIS FORTES!**

Fonte: Sindvigilantes do Sul

## DISTRITO FEDERAL

# Lei de Chico Vigilante garante salários iguais para mulheres e homens que terão salários iguais em empresas contratadas pelo GDF

LEI 6.679/2020

AGORA É LEI

**IGUALDADE SALARIAL**

LEI DE CHICO VIGILANTE (PT)  
GARANTE EQUIDADE SALARIAL  
ENTRE HOMENS E MULHERES.

Agora empresas vencedoras de licitações no DF terão que garantir a igualdade salarial para pessoas com as mesmas atribuições, independente do gênero. A Lei foi publicada hoje no Diário Oficial do DF.

CHICO VIGILANTE  
DEPUTADO DISTRITAL

A partir de agora, as empresas que firmarem contratos com o GDF terão de remunerar de maneira igual mulheres e homens. A Câmara Legislativa promulgou no Diário Oficial do DF desta terça-feira (6/10) a Lei 6.679/2020, de autoria do deputado Chico Vigilante (PT), que

determina a equidade salarial entre mulheres e homens em empresas contratadas pelo Governo do Distrito Federal. Na prática, a lei vai diminuir a injustiça salarial entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

“Essa Lei é da mais alta importância. Mulheres e homens possuem a mesma inteligência e lidam com suas atribuições com os mesmos zelos e esforços. É inaceitável que os homens continuem recebendo maior remuneração do que as mulheres para as mesmas tarefas, em um claro sinal de sexismo”, explica o autor da lei, deputado Chico Vigilante.

As empresas vencedoras das licitações terão cinco dias para comprovar o cumprimento da Lei. Caso não adotem as exigências, as empresas ficam automaticamente impedidas de assinarem qualquer contrato de prestação de serviço ou de fornecimento de bens aos órgãos do DF. A exigência da equidade salarial e os prazos para comprovação do atendimento deverão constar dos editais de licitação

publicados pelos órgãos públicos do Distrito Federal.

De acordo com a Lei, a empresa que não conte com mecanismos de garantia de equidade salarial, no ato do chamamento para assinatura do contrato, pode apresentar, no prazo de cinco dias, plano de adequação à exigência, com prazo para implantação de até 90 dias. O plano deve constar de cláusula do contrato e o não cumprimento acarretará na rescisão contratual

e demais consequências legais.

A empresa vencedora de processo licitatório, que não aceite as condições impostas por esta Lei, ficará impedida de assinar o respectivo termo de contrato. Nesse caso, a Administração Pública deverá convocar as empresas participantes remanescentes, na ordem da classificação do certame, para que a lei seja cumprida ou, até mesmo, revogar a licitação.

**Chico Vigilante, deputado distrital (PT)**

## **RIO GRANDE DO NORTE**

# **TRT 21ª Região marca audiência de conciliação do dissídio coletivo**



O sindicato teve a confirmação, ontem dia 01, de que a audiência ocorrerá no dia 09/10/2020, às 09h, com a desembargadora Maria Perpetua do Socorro e os representantes do Sindesp/RN.

O momento é crucial para todos nós, porque, essa audiência é quem vai dizer se chegamos a um acordo com o Sindesp/RN ou se encaminhará para julgamento do dissídio. A expectativa é que todos nós tenhamos uma notícia positiva para toda a categoria.

Lembrando que a diretoria do Sindsegur vem tentando negociar desde outubro de

2019, o fechamento do acordo coletivo, o patronal em todo momento vem desviando do assunto, querendo tirar direitos trabalhistas e a implantação do intermitente. O Sindsegur vem lutando desde o início das negociações e convocou a categoria para uma greve que na qual durou 7 dias, com ameaças aos grevistas e vários interditos em tempo recorde. Entretanto, o sindicato está firme e forte. Vamos continuar lutando até a última instância!

**Fonte: Sindsegur RN**

# Bolsonaro quer mexer no abono, auxílio-doença, BPC e IR para pagar Renda Cidadã

**Governo ainda não tem uma proposta consolidada para financiar o programa de distribuição de renda, somente estudos sobre medidas que tiram dinheiro do bolso dos trabalhadores mais pobres e isentam os mais ricos**



De olho na reeleição em 2022, Jair Bolsonaro (ex-PSL) e sua equipe econômica atiram para todos os lados para obterem recursos para pagar o Renda Cidadã, programa que deverá substituir o Bolsa Família, criado por Lula.

As medidas até agora vazadas para a imprensa só afetam o bolso do trabalhador e da trabalhadora pobres, desmentindo o próprio presidente que disse que “ não tiraria dos pobres para dar aos paupérrimos”.

Ainda sem uma proposta definitiva de como viabilizar economicamente o Renda Cidadã, o governo continua estudando possibilidades. Nenhuma delas mexe na renda dos mais ricos, na taxação de grandes fortunas e numa reforma tributária mais justa, fazendo quem ganha mais pagar mais, como defende a CUT.

O governo anunciou, entre outras medidas, que reduziria a faixa salarial do abono salarial, pago todos os anos a trabalhadores que ganham até dois salários mínimos (R\$ 2.090,00). A proposta é conceder o benefício somente para quem ganha até R\$ 1.463,00.

Há ainda a possibilidade de aumentar o tempo mínimo de registro em carteira que o trabalhador precisa ter para receber o abono. Pela regra atual, o trabalhador tem direito

a um valor proporcional a partir de um mês trabalhado, aumentando a proporcionalidade conforme o número de meses.

O governo quer elevar essa carência a um período mínimo de seis meses, o que significa deixar de destinar cerca de R\$ 12 bilhões de reais ao abono salarial.

Outra medida anunciada é a intenção de acabar com o desconto de 20% na declaração simplificada do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), que atingiria cerca de 17 milhões de contribuinte, ao mesmo tempo em que o governo mantém outras deduções como em saúde e educação.

De acordo com a Adriana Marcolino, técnica da subseção do Dieese na CUT, esse desconto, na declaração simplificada, beneficia quem tem menor renda. “Já os outros descontos são para quem paga plano de saúde, escola particular e, geralmente, esses contribuintes são aqueles que têm rendimento maior”, diz Adriana.

O jornal O Estado de São Paulo publicou que além de mexer no abono salarial do trabalhador, o governo estuda limitar o Benefício de Prestação Continuada (BPC) a idosos cuja renda familiar é de até R\$ 280,00 por pessoa e sobre proibir acumulo de benefícios para quem recebe o Bolsa Família. Com essas duas medidas, a ‘economia’ seria de aproximadamente R\$ 8,2 bilhões.

Ainda de acordo com o jornal, o governo Bolsonaro quer transferir a responsabilidade pelo pagamento do auxílio-doença ao empregador, que por sua vez abateria o valor da contribuição paga ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Hoje o pagamento é feito pelo órgão quando o período de afastamento é superior a 15 dias.

Outras sugestões são a redução de “penduricalhos” e a regulamentação do teto remuneratório para servidores (com economia de R\$ 2,2 bilhões), liberar recursos do FGTS em parcelas antes de o trabalhador demitido acessar o seguro-desemprego (impacto de R\$ 3,1 bilhões) e revisão no seguro-defeso (economia de R\$ 1,5 bilhão).

### **Pega mal**

Em agosto, Bolsonaro havia proibido sua equipe de falar sobre programas de distribuição de renda por não haver uma ainda proposta concreta, elaborada e consolidada para um programa que substituísse o Bolsa Família. À época, as ‘possíveis medidas’ anunciadas pela equipe econômica causaram repercussão negativa e fizeram o governo recuar.

Entre elas, a redução em programas sociais como o seguro-desemprego, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e até o congelamento de aposentadorias por dois anos, para turbinar o novo programa.

Ainda hoje, medidas em estudo para financiamento, divulgadas pela equipe periodicamente, não têm diálogo com a sociedade e continuam mirando nos trabalhadores de menor renda. “Da classe média baixa, inclusive”, aponta Adriana Marcolino.

Ela afirma que um programa de distribuição de renda, como Renda Cidadã, deveria ser

“levado com mais seriedade”.

“Um governante e sua equipe ficarem durante tantos meses fazendo balões de ensaio é muito negativo. Toda semana sai uma matéria diferente sobre uma nova possibilidade de financiamento do programa”, diz Adriana se referindo à falta de uma proposta concreta.

Para ela, o programa assim tem que ter caráter de redistribuição de renda. “De quem tem mais para quem tem menos”, ela diz e aponta uma reforma tributária justa, com taxaço de grandes fortunas e atualização tabelas de Imposto de Renda(IR).

“O IR tem muitas distorções e a principal é a defasagem na atualização. O resultado é que um grupo de pessoas que deveria estar na faixa de isenção, hoje paga o imposto”, explica.

Ainda sobre a intenção de acabar com os descontos da declaração simplificada para bancar o Renda Cidadã, Adriana diz que, como caminho, “a tributação deveria ser sobre os super ricos e não sobre a classe média baixa que já está estrangulada por causa da crise econômica e dos orçamentos familiares que foram ainda mais prejudicados por causa da pandemia do novo coronavírus (Covid-19)”.

Fonte: CUT



#### Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

[www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)

[cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF